MENSAGEM DE LEI Nº 045/2023, 05 de junho de 2023.

Senhor Presidente,

Ínclitos Pares,

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que autoriza a abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** ao Orçamento do exercício financeiro de 2023, oriundo da Lei Municipal n° 1.516, de 30 de dezembro de 2022, no valor de R$ 5.533.000,00 (cinco milhões quinhentos e trinta e três mil reais) e dá outras providências.

CONSIDERANDO que a abertura de crédito adicional suplementar subsidiará o reforço de dotação já existente no orçamento em curso da Secretaria de Infraestrutura que se projeta deficitária, convergindo para falta de saldo orçamentário, objetivando o gasto com sistema de drenagem em vias públicas do município de Aquiraz e da demanda solicitada pelo Poder Legislativo.

CONSIDERANDO que referido Projeto de Lei é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo Municipal, uma vez que trata de matéria orçamentária, havendo de ser apreciado pela Câmara Municipal, conforme preconiza os ditames constitucionais.

CONSIDERANDO que as operações de abertura de crédito adicional suplementar estão previstas na Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais do direito financeiro, sendo que no particular, reza o art. 41, inciso I:

> "Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:
>
> I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; "

Assim, resta evidenciado que a doutrina e a legislação pertinente à matéria corroboram a realização da operação em exame, não havendo, portanto, qualquer óbice à sua efetivação, desde que observadas as regras específicas inerentes aos procedimentos desta natureza.

Prosseguindo em análise, segue abaixo os demais dispositivos legais, também aplicáveis ao caso em tela, senão vejamos:

> "Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

Câmara Municipal de Aquiraz
RECEBIDO
06/06/23
Servidor 05:11:15

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
[...]
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; "

Portanto, o art. 43 confere o devido supedâneo legal para a abertura de créditos adicionais suplementares.

Desta forma, a fim de cumprir com papel do gestor público, apresento o presente Projeto de Lei indicando, com total transparência, as devidas ações orçamentárias, elementos de despesas e fontes de recursos que serão suplementados junto ao orçamento vigente em decréscimo das suas concorrentes que serão devidamente anuladas.

Além disso, busca-se imprimir uma gestão eficiente, compromissada e responsável, à luz das legislações pertinentes, como a Lei Orgânica do Município de Aquiraz, LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Federal nº 4.320/64 e a Constituição Federal vigente.

Diante de todo o exposto, contamos com os Nobres *Edis* para a aprovação deste Projeto de Lei de elevada importância para garantir condições técnicas para que os recursos sejam alocados na dotação orçamentária deficitária em razão do atendimento das demandas das atividades da Administração e dos munícipes.

Certo de que os ilustres membros dessa Colenda Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar a valiosa colaboração no encaminhamento, de modo a colocá-la em tramitação, **EM REGIME DE URGÊNCIA**, dado o relevante interesse público, renovando protestos de estima e consideração.

Aproveitamos o ensejo para enviar-lhes nossas cordiais saudações.

Bruno Barros Gonçalves
Prefeito Municipal

A Sua Excelência, o Senhor
JAIR JOSÉ DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Aquiraz
Aquiraz – Ceará

ÚNICA DISCUSSÃO

selo unicef

Câmara Municipal de Aquiraz
Aprovado em Única Discussão
Em: 12/06/2023
Presidente da Câmara
Jair Silva

PROJETO DE LEI Nº 098 DE 05 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Municipal em observância ao determinado na Lei Federal nº 4.320/64, bem como altera a Lei Municipal nº 1.516/2022 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme as disposições dos artigos 40, 41, inciso I, 42 e 43, § 1º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento vigente do Município de Aquiraz, Crédito Adicional Suplementar para subsidiar o reforço de dotações já existentes no orçamento em curso da Secretaria de Infraestrutura e do Poder Legislativo que se projetam deficitárias, no valor de R$ 5.533.000,00 (cinco milhões quinhentos e trinta e três mil reais), conforme se discrimina a seguir:

Classificação Funcional Programática	Unidade Gestora/Ação	Elemento de Despesa	Valor R$
11 01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			
11 01 17 512 0019 1.018	Implantação do Sistema de Drenagem de Vias Públicas	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 3.500.000,00
17 01 CÂMARA MUNIICPAL DE AQUIRAZ			
17 01 01 031 0001 2.123	Gerenciamento das Atividades Legislativas	3.3.90.14.00 Diárias Civil	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 170.000,00
		3.3.90.30.00 Material de Consumo	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 70.000,00
		3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 463.000,00
		3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 950.000,00
		3.3.90.40.00 Serviços de Tec. Da Inform. E Comunicação - PJ	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 230.000,00
		3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 150.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS			**R$ 5.533.000,00**

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do Crédito supra descrito, da suplementação, nos termos da **ANULAÇÃO** parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do Art. 43, §1º, inciso III da Lei nº 4.320/64, no montante de R$ 5.533.000,00 (cinco milhões quinhentos e trinta e três mil reais), conforme se evidencia abaixo:

Classificação Funcional Programática	Unidade Gestora/Ação	Elemento de Despesa	Valor R$
11 01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			
11 01 15 451 0019 1.015	Pavimentação e Recuperação de Vias Púb. - Ruas, Logradouros e Estradas Vicinais	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	
		Fonte de Recursos: 1701000000	R$ 2.297.000,00
11 01 17 512 0019 1.018	Implantação do Sistema de Drenagem de Vias Públicas	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	
		Fonte de Recursos: 1501000000	R$ 303.000,00
		Fonte de Recursos: 1700000000	R$ 400.000,00
		Fonte de Recursos: 1749000000	R$ 500.000,00
17 01 CÂMARA MUNIICPAL DE AQUIRAZ			
17 01 01 031 0001 2.123	Gerenciamento das Atividades Legislativas	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 5.000,00
		3.1.90.11.00 Vencimentos e Vant. Fixas Pessoal Civil	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 880.000,00
		3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 190.000,00
		3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoa Civil	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 20.000,00
		3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 10.000,00
		3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 10.000,00
		3.3.50.41.00 Contribuições	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 8.000,00
		3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 120.000,00
		3.3.90.36.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Física	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 140.000,00
		3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 10.000,00
		3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 10.000,00
		4.4.90.51.00 Obras e Instalações	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 190.000,00
		4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 440.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES			**R$ 5.533.000,00**

Art. 3º - Esta Lei autoriza a atualizar e ou ajustar no que couber, a Lei nº 1.477 de 21 de julho de 2022(Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Lei nº 1.427 de 22 de dezembro de 2021 (PPA - Plano Plurianual).

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ PREFEITO CARLOS AUGUSTO MATOS PIRES, EM 05 DE JUNHO DE 2023.

BRUNO BARROS GONÇALVES
Prefeito Municipal